

REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

FARIA, Vivienne Gois Ferreira ¹

RU:1208002

BONFIM, Lucia Maria Goulart de Andrade ²

RESUMO

O presente trabalho apresenta reflexões sobre a educação inclusiva. A educação de alunos com necessidades educativas especiais que, tradicionalmente, se pautava em um modelo de atendimento segregado, tem se voltado nas duas últimas décadas para a inclusão, estratégia que se constitui em uma proposta que busca a constituição de uma sociedade mais igualitária, mais solidária e humanizada, uma vez que todos possuem os mesmos direitos e deveres dentro de suas capacidades. O objetivo é refletir sobre desafios que os educadores enfrentam no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares de ensino analisando a história da educação inclusiva e os marcos legais que tratam da matéria, demonstrando a realidade entre o que prevê a legislação e o que acontece nas escolas com relação à inclusão apontando estratégias que podem ser utilizadas pela comunidade escolar para a efetivação do ensino inclusivo. O estudo se justifica por ser uma tentativa de contribuição para mostrar a relevância da Educação Inclusiva em um processo educativo de qualidade. Com este estudo, foi possível compreender que a construção de uma escola inclusiva é um desafio, pois requer quebra de paradigmas, enfrentamento do desconhecido, aceitação do não saber e efetivar, na prática, os princípios que fundamentam uma escola inclusiva.

Palavras-chave:Inclusão.Legislação.Práticas Pedagógicas.Desafios. Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

Inclusão escolar é um tema que sempre será discutido em todo o ambiente escolar e com todos os envolvidos na escola, e sempre gera polêmica quando está inclusão acontece em classes de ensino regular de alunos com deficiências ou diferenças individuais acentuadas.

É por meio da educação, uma das instituições humanas mais sólidas, que se dá esse processo de complementação e aprimoramento. Desde o nascimento, todos os comportamentos que adquirimos se dão pelo binômio educação/aprendizagem.

¹Aluna do curso de Licenciatura em Educação Especial do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 2.º semestre/ 2020

² Professora Orientadora do Centro Universitário Internacional UNINTER

A aprendizagem ocorre quando, por meio de uma experiência, mudamos nosso conhecimento anterior sobre uma ideia, comportamento ou conceito, o que acontece a partir de uma interação ou troca de experiências do indivíduo com o seu meio ambiente ou comunidade educativa. As crianças, por exemplo, aprendem a partir da interação com os adultos e com crianças mais experientes e, por meio dessas interações, vai construindo, gradativamente, significados para as ações ao seu redor.

Apesar dos direitos serem criados e discutidos no congresso e em instituições internacionais, a realidade é que não são colocados em prática, o que evidencia a discrepância entre a idealização e a efetiva mudança de consciência ou paradigma geral da sociedade diante de assunto de tão grande relevância.

O objetivo é refletir sobre desafios que os educadores enfrentam no processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares de ensino analisando a história da educação inclusiva e os marcos legais que tratam da matéria, demonstrando a realidade entre o que prevê a legislação e o que acontece nas escolas com relação à inclusão apontando estratégias que podem ser utilizadas pela comunidade escolar para a efetivação do ensino inclusivo.

No primeiro momento é abordado o conceito e a legislação sobre a Educação Inclusiva, no segundo momento analisam-se os desafios que envolvem a inclusão de alunos com necessidades especiais nas classes regulares e o terceiro momento é dedicado à metodologia e às considerações finais a respeito do estudo.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: LEGISLAÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As práticas educacionais são fenômenos sociais, usos e disposições a partir de referências sociais concretas. Por um lado, o cotidiano educacional pode ser percebido como estando mais ligado à dimensão pedagógica, estando o ato didático diretamente vinculado à aula propriamente dita. Por outro lado, pode-se entender que o cotidiano educacional não é só a dimensão estática da aula, mas sim significados transpostos em sentidos. O cotidiano educacional, então, não é a soma do sentido dos conteúdos que compõem uma aula. Ele requer um conhecimento prévio: social, cultural e político; tanto a informação didático-pedagógica quanto a não didático-pedagógica são importantes para o contexto educacional.

Os alunos são indivíduos que se encontram em formação e o seu desenvolvimento se estabelece pela ampliação de seus conhecimentos através de valores, princípios, conhecimentos e aprendizagens que são propiciados com a prática educativa em sala de aula, principalmente por meio da relação estabelecida entre professor e aluno.

No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) destacam a importância e urgência de promover-se a inclusão educacional como elemento formador da nacionalidade.

A inclusão da pessoa com deficiência à escola e à sociedade visam oferecer-lhe oportunidades iguais, apesar das diferenças, em relação ao acesso e permanência na instituição de ensino, tendo direito à educação, saúde, cultura, trabalho, ao lazer e à atividade física (MAGNUS, 2017).

Para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem. E para que isso ocorra, é necessária a revisão do currículo, que deve ser ampliado, contemplando o desenvolvimento de todos os alunos, especiais ou normais, não resumindo apenas a experiências acadêmicas.

Quando se fala sobre educação inclusiva não se especifica a quem, mas se apregoa uma educação de qualidade, comprometida com cada sujeito, de modo que não o segregue sob nenhum pretexto ou razão. Há diversidade sim, mas é preciso olhá-la sob outro prisma. É a diversidade que impulsiona as reflexões que nos fazem crescer e amadurecer como pessoa.

A educação inclusiva leva as crianças e adolescentes a aprender a encontrar juntamente com os outros seus próprios caminhos numa sociedade de todos, abrindo seus horizontes da vida, numa educação de responsabilidade e compromisso para sua cidadania.

A educação inclusiva não justifica o desmantelamento das escolas especiais. Há uma resistência ao processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais em escolas regulares, dependendo do grau da deficiência apresentada, mas escola deve estar fundamentada, por meio de seus currículos, ajustando propostas que definem a política do processo educacional de uma escola especial.

Não pode haver processo de inclusão e conseqüentemente desenvolvimento se todos, principalmente os educadores, não estiverem incluídos, num processo constante de (re)construção do mundo. Inclusão não é dar esmolas ou fazer

doações, é sim o comprometimento pessoal e de atitudes para melhorar as condições de vida para todos, para que elas sejam vistas como parte da diversidade humana e não como problema a ser eliminado ou rejeitado.

Toda criança deve ser incluída na sociedade desde seu nascimento. Esta inclusão começa na família. Muitos pais têm preconceito, que geralmente se antecipa ao nascimento do filho e não se dão conta deste preconceito até serem alertados por alguém. Após o vencimento deste preconceito, deve-se começar a pensar em incluir seus filhos na vida social e escolar.

2.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O conceito de educação inclusiva surgiu a partir de 1994, com a Declaração de Salamanca. A ideia é que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular.

De acordo com Santos (2013):

Essa Declaração contém 83 propostas, sendo um dos mais completos textos sobre a inclusão de pessoas com deficiências físicas. Os seus parágrafos evidenciam que a educação inclusiva não é aquela destinada apenas às pessoas com deficiências, mas, também, a todas as pessoas com necessidades educacionais especiais, sejam em caráter temporário, intermitente ou permanente.

A partir do momento que ocorre a educação inclusiva no ensino regular, obstáculos deverão ser superados, culturalmente os impactos da inclusão podem provocar insegurança, desagrado, desânimo e repulsão ao processo. No mais a rotina será modificada e os programas prontos e indiscutíveis não vão existir pois haverá uma nova visão de inclusão.

Quando falamos de uma sociedade inclusiva, pensamos naquela que valoriza a diversidade humana e fortalece a aceitação das diferenças individuais. É dentro dela que aprendemos a conviver, contribuir e construir juntos um mundo de oportunidades reais (não obrigatoriamente iguais) para todos. Isso implica numa sociedade onde cada um é responsável pela qualidade de vida do outro, mesmo quando esse outro é muito diferente de nós (MACEDO, 2010, p. 10).

A Educação Inclusiva constitui-se, acima de tudo, como um direito do cidadão. Cabe à sociedade atual viver os desafios da inclusão em todas as suas particularidades, seja de um deficiente, seja de uma pessoa que não corresponda

aos padrões ditados como normas para todos. À escola cabe o papel de repensar a sua forma de ensinar, na maneira como concebe o aprender, bem como o processo avaliativo, o qual vem sendo o grande protagonista das injustiças e da exclusão no espaço escolar.

Entende-se por inclusão a garantia de que todas as pessoas tenham acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, que deve estar orientada por relações de acolhimento às diferenças e pelo esforço coletivo na equiparação das oportunidades de desenvolvimento, com qualidade em todas as dimensões da vida (RAMOS, 2010).

Educação não é brinquedo, não podemos ensinar por ensinar. Educar é um ato de amor, principalmente para com a criança, que precisa deste ato para que possa descobrir o mundo de maneira mais clara. O educador de hoje deve estar preparado para o desconhecido, agindo como um facilitador da aprendizagem, porque ele não somente ensina, como também aprende.

A Inclusão, como processo social amplo, vem se efetivando a partir da década de 50 e acontecendo em todo o mundo, fazendo com que a escola não seja mais a mesma, aquele espaço homogêneo, em que se via e/ou atendia apenas crianças tidas como normais.

“Escolas abertas às diferenças e capazes de ensinar a turma toda demandam, portanto, uma ressignificação e uma reorganização completa dos processos de ensino e de aprendizagem”. (MANTOAN, 2013, p. 63)

É necessário que haja uma mudança na escola e no ensino que é proporcionado. A meta de escola aberta pode ser um grande problema da educação

A Educação inclusiva não deve ser confundida com educação especial, embora um contemple o outro. A diferença entre educação especial e educação inclusiva, está justamente na inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aulas normais. Na educação especial, consta de um projeto com sala de aula preparada exclusivamente para alunos com necessidades especiais. Na educação inclusiva, é necessária uma prática pedagógica coletiva, abrangente, e ao mesmo tempo específica, onde o docente deverá receber os alunos com necessidades especiais, perceber suas limitações e integrá-lo à turma, valorizando suas habilidades e facilitando sua dificuldade que poderá ser através de adaptação de material escolar, como: lápis apontador, pranchetas adaptadas, assim usando sua sensibilidade e criatividade, poderá realizar esta adaptação diminuindo as barreiras de aprendizado para o aluno especial (CARVALHO *et al.*, 2015, p. 4).

O acolhimento dos alunos na escola com diferenças individuais é uma ação consciente e correta seguindo os direitos humanos. Nesse contexto, a interação entre professor e aluno é fundamental para o sucesso do ensino aprendizagem, cabendo ao professor buscar o conhecimento necessário para proporcionar a todos os alunos os caminhos para a busca do conhecimento.

A escola é um meio social e por isso deve subsidiar condições que favoreçam a aprendizagem integral dos alunos. O ambiente escolar, quando inclusivo, fornece grandes vantagens a todas as crianças e, não somente, às que possuem algum tipo de deficiência, pois traz a concepção de igualdade, direitos e respeito às diferenças, além de facilitar o processo de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com necessidades especiais (CARVALHO *et al.*, 2015, p. 2)

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, através da promoção do atendimento às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades – superdotação. A educação especial direciona suas ações para o atendimento de suas especificidades para desses alunos, orientando e organizando as redes de apoio e a formação continuada, a identificação de recursos e serviços, além do desenvolvimento das práticas colaborativas.

Diante de um aluno com necessidade especial, o professor precisa ter capacidade de conviver com os diferentes e estar preparado para adaptar-se às novas situações que surgirão no interior da sala de aula.

A Inclusão é um processo que visa proporcionar igualdade entre o aluno com necessidades especiais e entre os que não têm nenhuma deficiência, pois todos devem reconhecer que tanto a criança com deficiência quanto as crianças que não tem nenhuma deficiência tem seus direitos e esses devem ser respeitados. Nesta perspectiva, o Estado assume o dever de garantir o acesso desses alunos no sistema regular de ensino, também de assegurar tanto ao professor quanto à escola o suporte necessário para a sua ação pedagógica (MOURA, 2011, p. 12)

Para Nascimento (2012), a inclusão é uma novidade, que tem sido muito mudada e argumentado pelos diferentes ramos sociais e educacionais. Devido a este fato os alunos que estão sendo aceitos com as mais variadas síndromes ou deficiências sejam elas temporárias ou permanentes, graves ou severas no ensino regular, estão tendo seus direitos garantidos a educação.

2.2 A LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O direito à educação para todos os brasileiros foi estabelecido ainda durante o Império, na Constituição de 1824, sendo mantido nas Constituições de 1934, 1937 e 1946.

No ano de 1948, a Organização das Nações Unidas aprova a Declaração Universal dos Direitos do Homem, na qual consta o princípio da não-discriminação e a proclamação do direito de toda pessoa à educação.

Em 21 de abril de 1959, a Organização das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos da Criança, assegurando no seu Princípio 7º o direito à educação gratuita e obrigatória, ao menos em nível elementar. Entre os objetivos de tal princípio está o desenvolvimento das faculdades, do juízo pessoal e do sentido da responsabilidade moral e social da criança, além da sua participação útil na sociedade.

Diante desses textos consagrados internacionalmente, ocorreram grandes esforços realizados por países do mundo inteiro, no sentido de assegurar a todos os direitos da educação, como foi o caso das Constituições brasileiras de 1967 e 1969, bem como a Constituição de 1988, que consagra no seu artigo 205 a educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

As linhas mestras estabelecidas pela Constituição de 1988 foram regulamentadas nos seus mínimos detalhes pela Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional.

Em 1990, aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, cuja primeira recomendação relembra que a educação “é um direito fundamental de todos, mulheres os homens, de todas as idades, no mundo inteiro”.

Entre os dias 07 e 10 de junho de 1994 ocorreu na cidade espanhola de Salamanca a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, cujo objetivo foi promover a Educação para Todos, analisando as mudanças fundamentais de política necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando as escolas a atenderem a todas as crianças, sobretudo as que possuem necessidades educativas especiais.

Realizada em 2001, a Convenção de Guatemala diz que pessoas com deficiência tem que ter tratamento igual a qualquer outro tipo de pessoa dita normal. A discriminação é entendida como exclusão em relação a qualquer tipo de deficiência.

Aprovada pela ONU e realizada em 2006, tendo o Brasil como um de seus signatários, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência afirma que os países são responsáveis por garantir um sistema de Educação inclusiva em todas as etapas de ensino. O Artigo 24 do documento reconhece o direito à educação sem discriminação e com igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência.

A inclusão muitas vezes acontece no início pelo fato da desinformação e a falta de conhecimento, como consequência o aluno perde a oportunidade de ocupar seu espaço e direito na escola e na sociedade.

São várias as leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência e mesmo assim, a efetivação do processo de inclusão enfrenta uma série de desafios.

A realidade demonstra que a maioria das instituições de ensino parece não estar preparada nem estruturada para incluir os alunos com deficiência e dar atendimento adequado a essa nova demanda. Parecem faltar, nos órgãos responsáveis pela educação, ações que transformem em realidade o caráter inclusivo da educação, presente nos textos oficiais. Contudo, é sabido que muitas escolas têm tentado adequar suas ações, buscando atender a demanda do alunado nelas matriculado. O trabalho tem sido extenuante, dada a falta de estruturas básicas e de recursos humanos com formação adequada que lhes permitam atender a diversidade presente nas salas de aula (LOPES E MARQUEZINE, 2012, p. 1)

2.3 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na escola, a inclusão pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente.

A educação inclusiva é a melhor forma para que o atendimento educacional realmente aconteça para os alunos que apresentam altas habilidades, síndromes, deficiências é o melhor caminho para a construção da cidadania, da inclusão do indivíduo na escola e na sociedade.

O ambiente escolar deve respeitar as diferenças, com as pessoas que dele fazem parte sendo informadas e estimuladas a participar do processo, de modo que o preconceito seja dissolvido e todos trabalhem em prol da integração.

Segundo Moraes (2018), muitos são os empecilhos para um trabalho inclusivo, entre os quais o despreparo dos profissionais que muitas vezes não

buscam aprimorar seus conhecimentos, para mudar e inovar as instituições são resistentes. Segundo a autora profissionais e familiares muitas vezes são preconceituosos, egoístas e atrapalhando o trabalho da escola.

É importante enfatizar também, que a Educação Inclusiva não se resume à matrícula do aluno com deficiência na turma comum ou sua presença na escola. Uma escola ou uma turma considerada inclusiva precisa ser, mais do que um espaço para convivência, um ambiente onde ele aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária. (GLAT, 2007, p. 21)

A inclusão educacional é resultado de muitas discussões e estudos, sendo fundamental para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, em que todos, indistintamente, tenham respeitados os seus direitos.

A inclusão é um fato e sua proposição é um fruto de um objetivo maior, que é o ensino de qualidade para todos, independentemente de suas potencialidades e limitações e, nesse contexto, o que se espera da educação brasileira é um posicionamento atualizado e moderno, envolvendo os profissionais no processo de capacitação e aperfeiçoamento de suas práticas escolares, contando com a parceria da família para o sucesso do ensino-aprendizagem.

A escola é o primeiro ambiente no qual, a criança autista estará interagindo com os demais, além dos membros de sua família. Esse fator implica à escola a responsabilidade de não somente possibilitar um ambiente favorável para desenvolver a socialização, mas também de suprir as necessidades educativas destas crianças autistas tais como, um currículo escolar diferenciado, planos e métodos de ensino adequados a sua idade global, professores capacitados, infraestrutura adequada, poucos alunos em sala entre outros. Toda essa adaptação deve partir de uma avaliação do aluno, a qual possibilitará ao professor conhecer quais seus pontos fortes e fracos, os seus interesses e os conhecimentos que já possui entre outros (CORADASSI, 2012).

Para que o processo de inclusão do aluno com necessidades especiais ocorra de maneira efetiva e qualitativamente, ele deverá possuir uma aprendizagem significativa, não somente ele, mas todos os alunos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Tal fato implica em mudanças no currículo escolar e métodos de ensino adequados para uma realidade que está em constante transformação.

Os desafios educacionais no contexto da educação especial brasileira e conseqüentemente o conceito de diversidade no campo da educação inclusiva tem sido alvo de estudos e uma grande preocupação no meio educacional, pois os docentes enfrentam grandes desafios na busca de oferecer um ensino adequado às necessidades dos alunos, no entanto muitos deles não possuem conhecimentos específicos acerca desta demanda. Historicamente o entendimento acerca das necessidades

educacionais especiais passaram por diversos momentos. Inicialmente, a diversidade foi entendida como uma inovação na área de educação especial, mas, gradualmente, passou a ser compreendida como uma tentativa de oferecer educação de qualidade para todos (MORAES, 2018, p. 123.)

A atenção à diversidade tem como foco no direito ao acesso à escola e visa a melhoria da qualidade de ensino para todos, sem restrições, buscando o desenvolvimento, a socialização, com a escola buscando consolidar o respeito às diferenças, vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas podendo e devendo ser fatores de enriquecimento.

Com a necessidade em trabalhar à luz da inclusão, a segregação, em termos de legislação dá espaço à educação inclusiva, exigindo, com isso, que políticas públicas sejam implantadas para que as escolas possam ações direcionadas a todos os alunos e também que respeitem as diferenças dos alunos (MORAES, 2018, p. 125).

O gestor escolar é o responsável pelo planejamento e execução de todas as regras e ações a serem desenvolvidas em uma instituição de ensino, cuidando da qualidade do ensino ali ofertado por meio de várias estratégias, liderando a elaboração do Projeto Político Pedagógico e facilitando a construção do currículo escolar. Ao gestor cabe também promover parcerias com a comunidade escolar e as famílias dos educandos, acompanhar e avaliar a aprendizagem, detectando as deficiências e reorientar a prática pedagógica, ajustando-a de acordo com as necessidades individuais dos educandos.

A inclusão escolar envolve uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor. Em face disso, nota-se que a materialização da escola verdadeiramente inclusiva trabalha baseando-se na defesa de princípios e valores éticos, na projeção dos ideais de cidadania e justiça, nivelada a uma proposta que visa à promoção de práticas pedagógicas contemplando o aluno, individualmente, em sua maneira peculiar durante o processo de aprendizagem e envolvendo, com compromisso e empenho, a comunidade escolar (VIEIRA, 2010, p. 4).

A presença cada vez maior de alunos com necessidades especiais no sistema educacional convencional está obrigando as escolas a adaptarem seus conceitos pedagógicos, sendo grandes os desafios enfrentados pelo gestor escolar no sentido de preparar os professores e demais membros da comunidade educacional para que estes alunos sejam na sala de aula com os demais colegas,

além de estarem aptos para receber as crianças que ainda estão excluídas, em consonância com a legislação em vigor no país.

Na Escola Inclusiva o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização. O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade escolar. O objetivo principal é fazer com que a escola atue em todos os seus escalões, possibilitando a integração e o aprendizado de todas as crianças que dela fazem parte (PAPA *et al.*, 2015)

A inclusão envolve mudanças na gestão escolar, no projeto pedagógico, nos conselhos escolares, na parceria com a comunidade escolar e local, nas relações estabelecidas entre escola e família, para fazer frente ao contexto da educação para todos e atender aos princípios democráticos que devem orientar os estabelecimentos escolares.

A educação inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interfere. (GLAT, 2007, p.20)

Todas as ações que apontam para a inclusão devem ser bem planejadas e estruturadas para que os direitos sejam respeitados e o aluno alcance sucesso no processo de ensino aprendizagem, fazendo com que a escola assuma a diversidade dos alunos de modo a contemplar suas necessidades e potencialidades.

Os desafios e a complexidade do processo de inclusão torna-se de grande relevância o trabalho do gestor escolar na busca por possibilidades de intervenções pedagógicas adequadas às condições desses educandos, permitindo a adoção de estratégias para que eles possam integrar-se com os demais colegas e participar da vida social tendo resguardada a sua dignidade e a recusa a quaisquer formas de discriminação.

O gestor escolar deve criar condições para o estabelecimento de uma parceria com a família, pois

A relação família-escola é de grande importância para o trabalho inclusivo, pois através de tal relacionamento é possível promover qualidade na inclusão, pois a comunicação da família junto à escola vem só a contribuir para o processo social dentro desses dois ambientes conjuntamente. Incluir

envolve não somente o “corpo interno” escolar, mas sim toda a sociedade em que a escola está inserida, pois é fato que a realidade local deve ser considerada para tomada de decisões (MORAES, 2018, p. 127-128)

Para que um sistema escolar inclusivo funcione realmente é necessário que os profissionais que atuam estejam em contínua capacitação e atualização como professores, funcionários sempre uma com uma sensibilidade aguçada . O ambiente escolar deverá ser estimulante e acolhedor para que a aprendizagem sempre aconteça sempre adaptando as diferenças dos alunos.

Assim agindo, estarão sendo dadas as condições para a construção de uma sociedade menos excludente e mais justa, em que os alunos tenham as mesmas oportunidades de acesso, permanência e aproveitamento dos conteúdos que estão sendo ministrados em sala de aula.

Ao conhecer e perceber o aluno como sujeito é possível perceber suas potencialidades, agir como mediador no processo ensino-aprendizagem e favorecer o seu pleno desenvolvimento, garantindo o convívio entre todos, com respeito, dignidade e tolerância às diferenças.

Com a inclusão educacional do portador de deficiência, todos vão conviver com suas dificuldades, e isso vai, de um lado, permitir que a criança portadora de deficiência seja incluída nos desafios regulares da rede de ensino, e de outro contribuirá sobremaneira para o desenvolvimento do espírito de solidariedade do grupo (ARAÚJO, 2012, p. 90).

Nos sistemas educacionais é evidenciado o princípio democrático da educação não apenas em alguns alunos com necessidades especiais, mas em todos. A escola tem que ter um novo posicionamento a respeito da inclusão o ensino tem que ser modernizado e os professores qualificados sempre aperfeiçoando suas práticas pedagógicas. Isto implica atualização, reconstrução e reestruturação das escolas de nível básico.

Uma postura aberta à mudança para acompanhar o desenvolvimento dos alunos, por parte dos gestores, professores e demais membros da comunidade escolar, é fundamental dentro de uma perspectiva inclusiva, em que todos sejam respeitados, independente de qualquer característica ou peculiaridade específica, seja física ou cognitiva. Para que a Escola inclusiva seja concretizada os obstáculos deverão ser vencidos com a união de toda comunidade escolar envolvida no processo, para tal acontecimento a melhor estratégia será a busca da inclusão,

buscando minimizar as dificuldades e unificando o conceito de aprendizagem e educação em todas as intuições de ensino.

A educação inclusiva tem exigências diferenciadas segundo a natureza de suas dificuldades, como, por exemplo, os “espaços” onde serão incluídos os alunos, as trajetórias de vida de cada um, a permanência do aluno na escola, entre outros.

Para se ter um ensino de qualidade ter que existir uma aprendizagem de qualidade. Para tal feito é necessário acreditar que a escola inclusiva será construída em algo que é possível de se realizar. Havendo planejamento, transformação com a realidade, criação de estratégias e novas metodologias que proporcionam empenho efetivo de todos os envolvidos no processo, com a finalidade de obtenção com o exercício da cidadania.

Para Ferreira *et al.*, (2015, p. 4)

Sabe-se que não há uma receita pronta e acertada sobre como auxiliar o professor de forma eficiente e ao mesmo tempo prática e que sirva esta para todas as ocasiões necessárias. Mas, há sugestões de práticas bem-sucedidas ou metodologias adequadas que podem contribuir para o aprimoramento da aprendizagem de alunos com necessidades especiais. E, estas orientações são bem-vindas quando oriundas de um profissional de educação empenhado em sua atuação e preocupação com o crescimento e rendimento deste educando.

Educação não é apenas passar ao aluno o que se sabe, é também transmitir a ele carinho, cumplicidade, segurança e, acima de tudo, amor pelo que se está fazendo, de modo a torná-lo um homem digno que lute por seus direitos e execute seus deveres na busca única e exclusivamente do bem comum, e não apenas ser uma “vaquinha de presépio”, que aceite passivamente tudo aquilo que é imposto pelos poderosos do dia.

Segundo os ensinamentos de Paulo Freire, cabe ao professor conduzir o processo educacional de forma a tornar seus alunos conscientes de seus direitos e capazes de lutar por eles. O processo de intervenção pedagógica deve estar baseado na realidade dos estudantes para que se trabalhe a cultura de sua origem. Só assim o docente será capaz de dar aos alunos direitos iguais.

Uma parceria que a escola deve contar em sua prática para a inclusão é a colaboração da família.

Segundo Macedo (2010), a família pode colaborar de maneira muito especial para o desenvolvimento da criança com necessidades educacionais especiais na escola, principalmente fornecendo informações sobre as formas de comunicação da

criança. Para a autora, como depositária da história do filho, a família revela características, hábitos, modalidades de relacionamento e estilos de comunicação que podem funcionar como um ponto de partida para a construção da ligação afetiva entre a criança e o professor.

É necessário que pais e responsáveis estejam a vontade para participar das decisões escolares. Sendo assim, a escola deverá se organizar incluindo no seu plano de trabalho o melhor acolhimento a família, sem medo de que irá ter interferência negativa nos trabalhos escolares. É fundamental a ajuda de familiares sendo que eles podem auxiliar com muito êxito no processo de inclusão e jamais culpar a escola pelo insucesso dos alunos.

3 METODOLOGIA

Este estudo teve como finalidade refletir a respeito das práticas de Educação Inclusiva.

Como instrumento metodológico foi utilizado a pesquisa bibliográfica, definida por Lakatos e Marconi nos seguintes termos

A pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo, de toda a pesquisa científica (LAKATOS E MARCONI, 2017).

Na visão de Martins e Pinto (2013), a pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto com base em referências teóricas e busca conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinado tema.

A pesquisa bibliográfica não é apenas a simples repetição de algo que já foi escrito sobre determinado assunto, mas sim é a possibilidade de examinar um tema sob um novo enfoque, chegando-se a conclusões inovadoras que contribuam para o perene desenvolvimento do conhecimento.

Por meio da pesquisa bibliográfica, é possível o contato pessoal com as teorias desenvolvidas por diversos autores e, a partir daí, realizar uma interpretação própria a respeito do assunto.

O critério do material selecionado por meio da pesquisa bibliográfica consistiu na escolha de artigos que tratam das práticas de Educação Inclusiva publicados em livros, revistas, monografias, dissertações e bases de dados disponíveis na internet, tais como Scielo, Google Acadêmico e Lilacs.

Os descritores utilizados na pesquisa foram os seguintes: inclusão – práticas pedagógicas – aprendizagem.

Durante a fase de pesquisa e leitura criteriosa de todo o material coletado por meio de fichamentos, foram analisadas as contribuições de autores como Ferreira et al. (2015), Magnus (2017) e Moraes (2018), entre outros.

Terminada a pesquisa bibliográfica que embasou o estudo, os conhecimentos considerados pertinentes foram inseridos e referenciados no Trabalho de Conclusão de Curso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de exclusão de pessoas com deficiência ou alguma necessidade é tão antigo quanto à socialização do indivíduo. A estrutura das sociedades através da história, desde os primórdios, sempre inabilitou os indivíduos com deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade. Essas pessoas, sem respeito, sem atendimento, sem direitos, se tornaram alvo de atitudes preconceituosas e ações impiedosas da sociedade.

Ao final do presente estudo, foi possível compreender que sempre será um desafio a construção de uma escola inclusiva, paradigmas deverão ser quebrados, o desconhecido deverá ser estudado, aceitando, conhecendo e praticando os princípios fundamentais da escola inclusiva.

A inclusão não deve chegar somente aos alunos com necessidades especiais, mas sim em todos os alunos de uma classe.

Com o objetivo que a aprendizagem aconteça para todos, a inclusão tem como foco o aluno e necessita chegar a todos. O papel do supervisor pedagógico é de colaborar para que o professor seja facilitador para que a inclusão aconteça, direcionando, ouvindo com um novo olhar atentamente cada um deles.

Com todas as dificuldades encontradas pelos docentes a inclusão trouxe a necessidade de discutir e repensar a educação e a escola. Devido a isso, mudanças acontecem na forma de ver, pensar e fazer a educação escolar e a docência. Ela surge como um estímulo para se pensar a educação a partir da inadequação de um

sistema escolar tradicional no qual é o aluno que precisa adaptar-se a escola, e esta por sua vez esquiva-se de possíveis mudanças. Com isso temos também a oportunidade de rever e repensar práticas escolares desestimulantes procurando torná-las mais atraentes, inovadoras e dinâmicas.

É relevante valorizar-se não apenas aspectos cognitivos do aluno, mas também seu contexto social e emocional, uma vez que é através deste conjunto que o educando dará significado as informações que o meio lhe proporciona e, estas podem então tornar-se significativas e motivo de automotivação.

Ser educador é uma questão de vocação e amor. O professor não visa somente o salário, não é movido por empresa, mas sim o ato de ensinar, de passar conhecimento, de fazer pessoas crescerem interiormente. O educador deve estar sempre prestando atenção às fases porque passa o educando, pois, dessa maneira, poderá ajudá-lo a vencer suas dificuldades e transmitir seus ensinamentos de maneira a que o aluno seja um construtor do seu próprio conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **Pessoa portadora de deficiência: proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** Brasília: CORDE, 2012.

CARVALHO, Gracielly Thais de et al. **O processo de alfabetização do aluno com Síndrome de Down na escola inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental. ENSAIOS PEDAGÓGICOS.** Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET. Dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n10/ARTIGO1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

CORADASSI, Francielle. **Atendimento educacional especializado para alunos autistas.** Publicado em 11 mar. 2012. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/atendimento-educacional-especializado-para-alunos-autistas/85518/> Acesso em 20 set. 2019.

FERREIRA, Vera Lúcia Z. et al. **A visão do supervisor perante a educação inclusiva.** 7ª Jornada Científica e Tecnológica do IFSULDEMINAS. 4ª Simpósio de Pós-Graduação. 12 de novembro de 2015. Poços de Caldas-MG. Disponível em: <https://jornada.ifsuldeminas.edu.br/index.php/jcpcs/jcpcs/paper/viewFile/1144/1147> Acesso em: 20 set. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2016.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar (Organização).** – Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. **Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores.** Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 18, n. 3, Set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382012000300009&script=sci_arttext Acesso em: 21 set 2019.

MACEDO, Lúcia Helena Martins da Silva. **O papel do gestor na construção de uma escola inclusiva.** Apresentação de monografia à Universidade Cândido Mendes como requisito parcial para obtenção do grau de especialista em Administração e Supervisão Escolar. Rio de Janeiro: 2010. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k215126.pdf Acesso em: 20 set. 2019.

MAGNUS, Adriana Lentz Della Vechia. **O Projeto Político Pedagógico como instrumento de Inclusão:** o caso da Escola Prefeito Quintiliano João Pacheco de São João do Sul – SC. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE). Orientadora: Profa. Dra. Melina de la Barrera Ayres. Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/173900/TCC%20GDE%20Adriana%20Magnus.pdf?sequence=1> Acesso em: 21 set. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** In:_____. **Ensinando a turma toda:** as diferenças na escola. 5. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013,

MARTINS, Gilberto de Andrade e PINTO, Ricardo Lopes. **Manual para elaboração de monografias e dissertações.** São Paulo: Atlas, 2013.

MORAES, Cleuza Rosália Ferreira de. **Os desafios da inclusão no context educacional.** Revista Educação em Foco – Edição n.º 10 – Ano 2018. Disponível em: http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/09/012_DESAFIOS_DA_INCLUS%C3%83O_NO_CONTEXTO_EDUCACIONAL.pdf. Acesso em: 20 set. 2019

MOURA, Mariana Lopes. **A Inclusão de aluno com Síndrome de Down na educação básica do estado do Paraná.** 2011. 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/MARIANA%20LOPES%20MOURA.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

NASCIMENTO, Maria de Fátima Marques do. **Reflexões feitas sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (autismo) na idade da pré-escola ao ensino regular.** Apresentação de monografia à Universidade Cândido Mendes como requisito parcial para obtenção do grau de especialista em Psicopedagogia. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em:

http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/G200876.pdf Acesso em: 20 set. 2019.

RAMOS, Márcia. **A Educação Inclusiva e a Deficiência Mental**. Publicado em 21 de março de 2010. Disponível em: <http://www.profala.com/arteducesp185.htm> . Acesso em: 21 set. 2019.

SANTOS, Vilson Pereira dos. **A Negação do Direito à Educação de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais**. Revista Magistro, Vol. 7 Número.1, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/1964/957> Acesso em 21 set. 2019.

VIEIRA, Givanilda Márcia. **Educação Inclusiva no Brasil**: do contexto histórico à contemporaneidade. Pós-graduanda em Educação Inclusiva e Inspeção Escolar pela FACREDENTOR/ETTAL. 2010. Disponível em: http://www.mpba.mp.br/atuacao/ceduc/educacaoinclusiva/artigos/EDUCACAO_INCLUSIVA_NO_BRASIL.pdf Acesso em: 21 set. 2019.